

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

OS TEXTOS ABAIXO DEVERÃO SER DEBATIDOS NOS SEMINÁRIOS REGIONAIS/ESTADUAIS E AS EMENDAS AOS MESMOS DEVERÃO SER ENVIADAS A CONTEE ATÉ 13 DE MAIO DE 2011. O MESMO DEVE OCORRER COM AS RESPOSTAS AOS ÍTENS DA ÚLTIMA PÁGINA.

1- Contexto político e econômico das transformações no mundo do trabalho e as consequências para o trabalho em educação

A fase neoliberal do modelo capitalista de acumulação caracteriza-se, no mundo do trabalho, por significativas mudanças, tanto na base técnica da produção, quanto na gestão do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas, representadas pela chamada terceira revolução industrial (liderada pela microeletrônica), é direcionado para a intensificação do trabalho, devassamento do tempo livre, a superexploração e a maximização dos ganhos do capital. A gestão do trabalho, inspirada no chamado modelo japonês, ao contrário do discurso ideológico que busca sua justificação, impõe a fragilização da dimensão coletiva do trabalho, da luta de classes, em nome da formação de “equipes”, de “times” que competem entre si pela maior produtividade, pelo alcance de metas progressivamente ampliadas, até o nível humanamente inalcançável, com o intuito de manter o trabalhador refém da busca incessante. Os mecanismos de remuneração deixam de ser resultantes de critérios coletivos e objetivos de qualificação (titulação, posto de trabalho, tempo de serviço) e passam a ser prêmios conferidos individualmente aos que os merecerem, contribuindo para o fenômeno que a Sociologia do Trabalho vem identificando como dessindicalização. Negociações coletivas perdem sentido frente ao modelo de meritocracia. Adota-se o modelo de competências para avaliar individualmente cada trabalhador, pondo-o em competição com os companheiros. A exigência de “participação”, de “colaboração”, de compromisso com a captação de clientes, com a “filosofia da empresa” resignifica o foco do antagonismo capital-trabalho para as “leis do mercado”, como oferta e procura, concorrência etc. No campo ideológico, essas mudanças são acompanhadas da desvalorização do Estado gestor de políticas sociais, da formulação de um “novo modelo de cidadania”, a cidadania corporativa. A empresa é o agente de “responsabilidade social” (com duplo ganho, o de gerar capital de marca e o de obter ressarcimento dos cofres públicos para suas ações beneficentes). Todas as esferas da vida são objetivo de mercantilização. A criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) e do GATS (Acordo Geral de Comércio em Serviços) na década de 1990 vem consolidar a mercantilização de setores como Educação, Saúde, Previdência. Por determinação dos organismos internacionais como Banco Mundial, OCDE, UNESCO, PREAL, a educação fica assim dividida: Educação Básica: preferencialmente oferecida pelo Estado, mas gerida pelo mercado, através de parcerias. Educação Superior: oferecida pelo mercado, com subsídios públicos na forma de bolsas de estudo e diversas modalidades de financiamento.

Na Educação Básica, o Estado manteria as escolas, mas sendo considerado pelo capital “incompetente” para oferecer um “serviço” de “qualidade”, “competitivo” de acordo com as normas do mercado, deveria delegar à “Sociedade Civil” (leia-se a iniciativa privada, ONGs, institutos vinculados a grandes grupos econômicos, federações de indústrias etc.) o papel de determinar o projeto pedagógico, controlá-lo, avaliar o desempenho, punir e premiar os piores e melhores, respectivamente.

Na Educação Superior, segundo o ideário neoliberal, o “mercado” seria responsável pela oferta de cursos, sob a lógica de consolidação, transnacionalização, financeirização e concentração do capital. Denomina-se consolidação o processo de fusões e aquisições, que vem norteando este setor nos últimos dez anos. Os grandes grupos, quase todos de capital aberto, controlados por grupos de investidores, adquirem pequenas instituições, incorporando-as e padronizando suas atividades segundo as exigências dos investidores. O trabalho em educação é diretamente afetado por este contexto. Um dos impactos diretos é a perda de autonomia do trabalho docente, a descaracterização da atividade pedagógica e a adoção de mecanismos de gestão descritos acima, já consolidados nos diversos setores controlados por tais investidores. Educação, de bem público universal, passa a ser objeto de formação de empregabilidade (outra falácia que justifica a precarização e desregulamentação do trabalho num mundo que opta pelo desemprego de uns e a superexploração de outros), passa a ser um “serviço” cujas regras, não somente de circulação, de venda, mas – e sobretudo – de produção, obedecem às leis do mercado. O “mercado da Educação Superior” demonstra repugnância à “intervenção” do Estado, aos “limites” impostos pela regulamentação estatal e propõe a criação de uma agência reguladora independente, operacionalizada pelo próprio setor privado, que definiria, segundo seus critérios, os indicadores de qualidade. É a própria natureza do processo formativo que está em jogo. É também por essa razão que crescem as manifestações contrárias às medidas regulatórias que o Ministério da educação e o CNE, veem realizando nos últimos anos, aumentando as exigências para credenciamento e reconhecimentos das IES, como também em relação ao aprimoramento das exigências nos processos de avaliação como os SINAES.

2- Mercantilização e financeirização

Como consequência do quadro econômico e político do Neoliberalismo, a Educação Superior privada vem desenhando um quadro de concentração de capital e fortalecimento da organização patronal, ameaçador da defesa da Educação como direito humano fundamental. Alguns números demonstram o volume deste setor. As Instituições de Educação Superior (IES) privadas ocupam a fatia de 90% das instituições e 75% das matrículas¹. São hoje 380 mil trabalhadores diretos, incluindo 280 mil professores, 24 bilhões de reais em faturamento, o que, segundo economista Leonardo Trevisan, no fórum patronal realizado em São Paulo em setembro de 2009,

¹ Dados do INEP, censo de 2008, divulgado em novembro de 2009. Até o momento de elaboração deste texto, 01/10/2010, ainda não haviam sido divulgados os dados do censo 2009.

representa maior volume do que diversos segmentos da FIESP. Com a criação da OMC, os setores de “serviços”, incluindo a Educação, devem se adequar ao processo produtivo capitalista contemporâneo. Nesse sentido é importante destacar que o Brasil negou-se a incluir a educação no setor de serviços, o que não impediu que o setor privado fosse aberto à especulação do capital internacional por meio de outros mecanismos, entre eles a financeirização. Empresas abrem seu capital e estabelecem sua governança corporativa a partir da relação com os investidores. Todos os passos da empresa devem ser aprovados pelos investidores. No caso da Educação Superior, vemos a presença de grupos de investidores transnacionais, tanto sediados no Brasil como fora daqui, que se ocupam de vários setores, exigindo de todos igual produtividade. Esses grupos de investidores detêm o controle das IES que estão nas mãos de grupos educacionais, que, por sua vez, formaram-se pela fusão e aquisição de diferentes instituições. Os investidores detêm o controle de bancos, seguradoras, indústria de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, cigarros, fármacos, alimentos, clubes esportivos etc. Agora avançam sobre a Educação Superior, como mais um de seus negócios. Há o deslocamento da esfera de decisões. O projeto acadêmico subordina-se aos interesses dos investidores e qualquer operação que coloque em risco a maximização irrefreada dos lucros, do valor das ações, é indesejada. Não se trata mais de simplesmente afirmar a autonomia da mantida frente à mantenedora. No caso de capital aberto, esta dinâmica alterou-se. Mesmo a mantenedora abre mão de sua “autonomia” em favor das exigências dos grupos que detêm o controle acionário. A esfera de decisões desloca-se do âmbito acadêmico para o financeiro.

3- Organização Curricular no contexto da mercantilização.

Para alcançar o nível de padronização e massificação exigidos pela configuração do “mercado” da Educação Superior privada, vem se desenvolvendo um perverso processo de descaracterização da atividade pedagógica. Cortes de custos são a meta incessante. São criados artificios como desvinculação da atividade discente das atividades docentes (atividades independentes, com monitores ou não, aumento da carga horária das atividades exteriores, como estágios, atividades complementares etc.), aligeiramento dos cursos, desmonte da sequência pedagógica dos conteúdos para acomodar o fluxo contínuo de alunos (clientes que chegam a qualquer momento), aglutinação de turmas de cursos diferentes numa mesma aula, com objetivos diferentes em relação à disciplina. Outra medida é a padronização das aulas, o que mutila do trabalho docente qualquer possibilidade de exercer seu ofício com autonomia, criatividade. Educação reduz-se a ensino; ensinar limita-se a informar e instruir, a transmitir conteúdos definidos exteriormente, ignorando o contexto, a realidade de cada campus, de cada turma, as opções metodológicas. Assim, as novas tecnologias de informação e comunicação, não são utilizadas como instrumento de democratização do acesso ao conhecimento, nem como facilitadoras do trabalho docente, mas em nome de uma suposta modernização ocultam o retorno de bases pedagógicas e epistemológicas retrógradas. Instituições organizadas em grandes grupos de alcance nacional em muitos casos,

internacional, desconsideram que o trabalho educativo, como todo trabalho vivo, requer análise do contexto, escolhas, e mobilização do conhecimento tácito². No modelo de padronização, retornam ao cenário pedagógico técnicas remotas na história da educação, como prova única (agora renomeada como prova colegiada), aulas preparadas em massa, em rituais prescritos como protocolos, textos únicos para todos os campi, chamadas “aulas estruturadas”. O trabalho do professor limita-se a reproduzir aulas prontas, expostas na internet, cujo controle é exercido por modelos de avaliação sobre bases pedagógicas arcaicas.

4- **Carreira docente e técnico-administrativa.**

Assim como acontece em outros setores do mundo do trabalho, o processo de desemprego conjugado à intensificação e precarização vem atingindo a carreira dos trabalhadores em educação. No “novo mundo do trabalho”, imposto pelo neoliberalismo, o trabalhador se vê coagido a comprometer-se, a depositar toda sua energia física, mental e emocional em favor da produtividade, dos negócios da organização. Sofre um processo de doutrinação ideológica que lhe dá duas opções: aderir ou não aderir. Seu senso de valor consiste em fazer o melhor para a organização. A busca de adesão não se limita à esfera estritamente produtiva, ao âmbito da energia física/mental necessárias ao desempenho de sua função, mas – e sobretudo- ao convencimento, ao “vestir a camisa”. É aderir ou perecer. Além do desempenho de suas funções cada vez mais indefinidas, abrangentes, imprecisas e mutáveis (o trabalhador polivalente), o agora denominado “colaborador” deve se comprometer, por exemplo, com a captação e fidelização dos clientes. Na educação não é diferente. O coordenador, por exemplo, é transformado em gerente e, onde antes tinha atribuições acadêmicas, hoje entregues às consultorias educacionais dos grandes grupos com seus pacotes didáticos, hoje limita-se ao controle da efetividade, eficácia e produtividade, no melhor estilo “industrial”.

Como a organização coletiva dos trabalhadores é o principal alvo, os mecanismos coletivos, mesmo quando seus custos não são tão mais altos do que nos novos critérios, devem ser substituídos por remuneração variável, por mérito e individualizada. Critérios de qualificação (posto de trabalho, formação e tempo de serviço), objetivos e negociados coletivamente pelos sindicatos, são abandonados em nome de remuneração por competências, por desempenho. Sem esquecermos de que a própria avaliação de desempenho é pauta em critérios de “satisfação do cliente”, o que, no processo educativo, já é por si problemático, visto que não se trata de um cliente adquirindo uma mercadoria externa a si, em condições de avaliar se é adequada a seu gosto. Neste caso, está em

² Denomina-se conhecimento tácito o conjunto de conhecimentos não formalizados, desenvolvidos pelo trabalhador em sua experiência. É o “jeito de fazer”, é o “olhar clínico”, que se antecipa a um problema, que conhece o processo intimamente, que, por exemplo, no caso da docência, permite ao professor escolher o melhor caminho e/ou ir reformulando-o durante o processo. A gestão contemporânea do trabalho alega valorizar esta dimensão, mas apenas no limite de sua exteriorização, expropriação e padronização, a fim de expropriar o trabalhador de seu “poder” adquirido pela experiência, que valoriza o tempo de trabalho, com vistas à precarização e rotatividade de força-de-trabalho.

processo de produção o próprio aluno, aqui reduzido a cliente. O processo pedagógico envolve desequilibrações, na linguagem piagetiana, ou conflitos cognitivos, segundo o mesmo autor, que geram resistências e essas resistências podem ser expressas em avaliações negativas exatamente daqueles professores mais empenhados em realizar um trabalho de qualidade, que desinstala o aluno da zona de conforto. Mas o que está em jogo são a “qualidade total” nos moldes ISSO, as regras de governança corporativa, a satisfação do cliente e a “produtividade”, traduzindo: valorização do capital.

Mais profundo do que o processo de despolitização, de fragmentação, de perda de sentido das lutas coletivas, é a mutilação ontológica do trabalho em educação. Se o trabalho é a categoria ontológica do ser social, a partir das formulações de Marx, Engels e Luckács, justamente por permitir prévia ideação (Luckács), a projeção prévia na mente (Marx) e a criação/transformação dos instrumentos (Engels), ao retirar do trabalho em educação seu caráter original, criador, contextualizador, o que se subtrai é a, própria condição humana, coroando o processo de alienação do trabalho capitalista.

5 – Dados sobre a realidade local da Educação Superior

Para que possamos fazer um diagnóstico político da Educação Superior, no setor privado, no Brasil, é importante que os Seminários Regionais/Estaduais respondam as questões abaixo para que possamos, a partir da sistematização desses dados, construir um retrato dessa realidade, a ser apresentado no Seminário Nacional. A partir desse quadro construiremos ações conjuntas na busca de superação dos problemas que ora enfrentamos.

a. Organização Sindical

Percentual que os trabalhadores da Educação Superior representam em relação à Base de associados da(s) entidade(s).

Organização por local de trabalho (associações docentes e delegados(as) sindicais.

As entidades sindicais representam os trabalhadores do setor.

b. Perfil das instituições em porcentagem aproximada.

Universidades, centros universitários, faculdades isoladas

Filantrópicas , comunitárias , empresariais

c. Organização patronal .

sindicato único da educação básica à superior

sindicato próprio da educação superior

não há sindicato patronal que represente a educação superior

perfil do setor hegemônico no sindicato patronal (educação superior)

d. **Relações de trabalho:**

Formas de contratação (irregularidades)

Processo de negociação (dificuldades)

Negociação em separado ou convenção coletiva

Principais cláusulas

Planos de carreira (perfil)

Irregularidades acadêmicas

Características de precarização do trabalho

Demissões (percentuais aproximados e irregularidades)

e. **Outras questões que as entidades entenderem importantes destacar.**